

O TRABALHO DA ENFERMAGEM NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jarbas Ribeiro de Oliveira^I, Célia Alves Rozendo^{II}

A principal estratégia do Ministério da Saúde para reorganizar da atenção á saúde no Brasil é o Programa de Saúde da Família (PSF). Com a implantação do PSF visando o fortalecimento da Atenção Básica como porta preferencial de acesso ao Sistema Único de Saúde, a enfermagem adquire papel fundamental, tanto na assistência como na gerência do programa em todo o país. Sendo a principal categoria a se destacar nas coordenações dos programas de saúde, sobretudo frente ao PSF, sabendo que a Atenção Básica é desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe¹. Ao assumirmos tamanha responsabilidade, grande tarefa para quem estava graduado em enfermagem havia pouco mais de dois anos, com uma vivência profissional no PSF ainda incipiente. Nossa atuação na Coordenação do PSF no município de Palmeira dos Índios teve início em maio de 2006 e tínhamos como desafios prioritários, contribuir com a organização da Atenção Básica, coordenando e supervisionando as Equipes de Saúde da Família (ESF), bem como participar do processo de capacitação, contribuindo com a melhoria nas relações e condições de trabalho dos atores envolvidos, sobretudo os profissionais de enfermagem. Procuramos trabalhar em equipe, conjuntamente com as coordenações dos demais programas de saúde e com as ESF, que tinham os enfermeiros como seus gerentes-locais. O trabalho da enfermagem, assim concebido e articulado a um projeto ético-político maior, integra-se no PSF, que vem se mostrando uma estratégia, de fato, pautada nos princípios norteadores da saúde com equidade, eficácia, eficiência e efetividade². Inicialmente, notamos a inexistência de uma rotina no trabalho da coordenação do PSF, sem uma programação definida, atuando apenas no que chamamos de “apagar incêndios”, se envolvendo na resolução de conflitos no/do trabalho, na reposição de insumos e medicamentos ás Unidades de Saúde da Família (USF), tentativas de responder ás denúncias e reclamações dos usuários, deparando-nos com a ausência

de direitos trabalhistas, comunidades descobertas de assistência, condições precárias de infra-estrutura das unidades, entre outros. A partir desse cenário, de que forma deveria ser nossa atuação? Como enfrentar tais desafios? Assim, os objetivos desse relato são apresentar á comunidade de enfermagem a experiência de ser enfermeiro gestor da atenção básica, bem como contribuir para a construção de conhecimento da enfermagem na gestão de políticas de saúde. Palmeira dos Índios é a terceira maior cidade do estado, com cerca de 70 mil habitantes, possuindo 24 ESF, sendo duas indígenas, cobrindo aproximadamente 97% da população³, sendo responsável pela gestão plena da atenção básica. Em nossa metodologia de trabalho tivemos como base o Planejamento Estratégico, por ser entendido como formulações que rompem com a normatividade⁴, ajudando a orientar nossas ações. Assim, realizamos reuniões em nível central e localmente com as ESF, pois acreditamos que, para atingir o grau de mudanças necessárias em uma dada realidade local, há de se desenvolver a capacidade de coordenar os recursos disponíveis, setoriais e extra-setoriais⁴. Para tanto, sabe-se que a participação dos diferentes atores envolvidos no processo é fundamental. Outra etapa de nossa experiência se desenvolveu na relação com as entidades de classe e instituições formadoras, onde organizamos reuniões conjuntas com sindicatos da enfermagem e de Agente Comunitário de Saúde (ACS), a fim de discutirmos as relações e condições de trabalho. Então, partindo de um planejamento condizente com as necessidades, nossa consciência ingênua foi suplantada pela consciência crítica da realidade². Resultados foram alcançados com a realização do planejamento, que foi um enorme desafio, tendo em vista a ausência dessa prática em nossas equipes e a própria aplicação do planejamento como instrumento de gestão, mesmo sendo essa prática preconizada pelo Ministério da Saúde¹. A partir do diagnóstico levantado, podemos identificar as necessidades do serviço e assim construirmos estratégias e propormos ações para o enfrentamento das situações detectadas. Dessa forma, propusemos a criação de notas e protocolos técnicos para as equipes, por exemplo, Nota Técnica para orientar a dispensação de medicamentos ás USF, e dessas aos usuários, determinando que a distribuição de insumos, materiais e medicamentos seja proporcional ao número de famílias e de acordo

com a necessidade local. Buscando garantir maior resolutividade, disponibilizamos kits para atender suspeitos de dengue, adquirimos novos equipamentos como balanças, estetoscópios, tensiômetros, etc. Também, por ocasião da discussão nacional sobre a prescrição de medicamentos pelos enfermeiros, previsto em portaria ministerial que trata da Política Nacional da Atenção Básica, criamos um Grupo de Discussão com enfermeiros e médicos, culminando com a elaboração de Protocolo sobre a matéria, até a resolução da polêmica. Iniciamos a reforma de algumas unidades buscando uma melhor estrutura de trabalho. No que se refere á desprecarização dos direitos trabalhistas discutimos, com o gestor e sindicatos, a elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e do adicional de insalubridade, bem como a gratificação de coordenação das unidades aos enfermeiros. Fizemos um levantamento da carência de pessoal, resultando na realização de concurso público. Em discussão com os enfermeiros, construímos a Ficha de Controle de Visitas Domiciliares do ACS, sua implantação vem ajudando na supervisão do trabalho dos ACS e diminuindo as constantes reclamações dos usuários em relação á ausência deste profissional em suas residências. Constituímos Grupo de Trabalho de combate a dengue, formado por ESF e equipe de controle de endemias locais, integrando melhor o trabalho desses atores. Em se tratando de incentivo a reflexão profissional e mobilização social, estimulamos a participação dos profissionais nos encontros de educação popular e saúde, promovidos pela Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde (ANEPS), Movimento Popular de Saúde (MOPS) e Laboratório de Educação Popular em Saúde (LEPS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o que gerou a criação de núcleos da ANEPS e MOPS no município, potencializando o trabalho de promoção da saúde junto a comunidade e contribuindo com mudanças das práticas assistenciais e educativas, reflexão sobre seu fazer e estimulado a participação desses sujeitos nos órgãos de controle social das políticas públicas e mobilizando suas comunidades para a formação dos conselhos locais de saúde. No que se refere à equidade na assistência, construímos estratégias para garantir o acesso de etnias, como a comunidade remanescente de quilombo Tabacaria, articulando juntamente com a UFAL, lideranças locais, ESF e Conselho Municipal de Saúde, o

Grupo de Trabalho – Saúde da População Negra, que desenvolveu plano de ação para enfrentamento dos problemas, em que algumas das ações previstas foram a garantia da assistência pela ESF e a construção da unidade de saúde para os quilombolas, com ACS da própria comunidade. Discutimos também com representantes das famílias indígenas que vivem na periferia urbana do município, onde atualmente recebem assistência da ESF local. Com nossa passagem a frente da Coordenação da Atenção Básica, podemos concluir que acumulamos experiência pessoal e profissional, ampliando nossa percepção sobre a realidade dos serviços e sobre as práticas de enfermagem enquanto gerente de programas. Ressaltamos que foi de grande valia para a organização da atenção básica em nosso município e para o conjunto dos trabalhadores da saúde, assim como a necessidade da nossa organização profissional e o estímulo às práticas democráticas de planejamento, resolução de conflitos e do aprimoramento do processo de trabalho da enfermagem em Saúde da Família, na gerência e na assistência. Como contribuições e implicações para a enfermagem, consideramos essencial o trabalho dos enfermeiros enquanto gerentes de programas e serviços de saúde no âmbito do SUS, o que vem dando à enfermagem oportunidade de construir mudanças efetivas em direção a implementação do sistema. Contudo, faz-se necessário que os enfermeiros assumam essas posições de poder e liderança no interior do SUS, qualificando-se para o gerenciamento de modo a garantir que a Estratégia Saúde da Família seja realmente o instrumento para reorganização da assistência à saúde em nosso país. É necessário também que as instituições formadoras busquem um melhor preparo dos enfermeiros para assumirem as funções de condutores/operadores das políticas públicas, do SUS e de outra sociedade, mais humana, democrática e solidária. Assim, acreditamos que esse relato cumpre o papel de divulgar uma experiência de enfermagem na gestão da principal estratégia para fortalecimento do SUS em nosso país, dando uma contribuição na produção do conhecimento na área.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
2. Ciampone MHT, Peduzzi M. Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e Assistência. In: Manual de Enfermagem. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. p. 23-28.
3. Secretaria Municipal de Saúde de Palmeira dos Índios (AL). Relatório Anual de Gestão. Palmeira dos Índios, 2006.
4. Giovanella, Lígia. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mário Testa. Cadernos de Saúde Pública: Rio de Janeiro, v.6, n.2, jun.1990. p. 129-153.

DESCRITORES: Gestão. Atenção Básica. Enfermagem.

ÁREA TEMÁTICA: Gestão da Atenção Básica em Saúde e a precarização do trabalho da Enfermagem.

MODALIDADE: Relato de Experiência

^I Enfermeiro do PSF. Especialista em Formação Pedagógica para Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem, pela ENSP/FIOCRUZ. Secretaria Municipal de Saúde de Palmeira dos Índios, AL. E-mail: jarbasribeiro@gmail.com

^{II} Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: celia.rozendo@gmail.com